

## TSE autoriza investigação judicial eleitoral contra Lula e Thomaz Bastos

Está liberada a investigação judicial eleitoral contra o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para saber se eles estão envolvidos na compra do dossiê que comprovaria o envolvimento de José Serra com a máfia dos sanguessugas. A decisão não impugna, por enquanto, a candidatura de Lula.

A autorização em caráter liminar foi concedida pelo corregedor-geral eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Cesar Asfor Rocha. Ele acolheu representação da coligação de Geraldo Alckmin, candidato à Presidência da República. No pedido encaminhado ao TSE nesta segunda-feira (18/9), a coligação pediu a abertura de investigação eleitoral também contra o presidente do PT, Ricardo Berzoini, o empresário Valdebran Padilha da Silva, o advogado e ex-agente da Polícia Federal Gedimar Pereira Passos e o assessor especial da Presidência da República, Freud Godoy. Todos os acusados serão investigados por suposto abuso de poder político e econômico em benefício do presidente Lula.

Padilha e Passos foram presos na sexta-feira (15/9) em um hotel de São Paulo com R\$ 1,7 milhão. De acordo com a representação, todos os citados estão envolvidos na operação de compra e venda do dossiê produzido pelo empresário Luiz Vedoin.

O ministro Cesar Asfor Rocha ressaltou que, em primeira análise, é inequívoca a repercussão dos fatos narrados na representação no processo eleitoral, sendo plausível a instauração de investigação judicial para assegurar a apuração das acusações.

O ministro determinou, ainda, que seja requisitada cópia integral do inquérito policial relativo ao episódio, especialmente das declarações prestadas por Valdebran Carlos Padilha da Silva e Gedimar Pereira Passos à Polícia Federal, assim como as demais provas obtidas em relação ao caso, especialmente as escutas telefônicas de conversas de Luiz Antonio Trevisan Vedoin e demais envolvidos.

Pede também que a Polícia Federal mantenha o TSE informado do resultado das diligências e investigações do caso. Cesar Asfor Rocha determinou a notificação de todos os representados e concedeu prazo de 10 dias para que apresentem defesa.

### Efeito dossiê

Na representação, a coligação de Alckmin defende que houve tratamento desigual por parte da Polícia Federal, que promoveu ampla divulgação do filme e das fotos que demonstrariam a ligação de Serra com a máfia dos Sanguessugas ao mesmo tempo que não apresentou o dinheiro apreendido e nem as pessoas detidas.

Os representantes dos tucanos alegaram no TSE que o dinheiro apreendido com Valdebran Padilha da Silva e Gedimar Pereira Passos já estava em poder do Partido dos Trabalhadores, por isso também chamaram a responsabilidade do presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini.